

# Estados dão luz verde a reformas

Brasília — Josemar Gonçalves

JANES ROCHA

BRASÍLIA — As negociações para aprovação da reforma tributária avançaram ontem com o sinal positivo dado por secretários estaduais de Fazenda ao esboço do projeto do Executivo. Mas a briga continua porque os estados, segundo os secretários, querem manter de alguma forma os incentivos fiscais para atração de empresas e, esbaldados com as perdas provocadas pela Lei Kandir, querem garantias adicionais de que não haverá perdas na passagem do modelo de arrecadação.

O projeto que o governo deve enviar em breve ao Congresso prevê a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), das contribuições Cofins e PIS/Pasep (federais), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e do Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal) pelo Imposto Seletivo e pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O que mudou a opinião dos secretários foi o fato de o governo ter cedido na questão da substituição do ICMS pelo IVA.

**Mudança** — A proposta original previa que o IVA seria totalmente centralizado na União e repassado para os estados, que deixariam, assim, de ter receita própria, mas o projeto foi alterado para deixar a arrecadação nas mãos dos estados. “O IVA estadual, sem dúvida, resolve”, disse Clóvis Panzarin, Coordenador de Administração Tributária de São Paulo.



*Os secretários João Heraldo (MG), Yoshiaki Nakano (SP) e Edmilton Soares (CE) após reunião com Malan*

“Estamos trabalhando agora na capacidade dos estados de manter seus incentivos fiscais”, afirmou o presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Edmilton Soares, que também é o secretário de Fazenda do estado do Ceará. Segundo ele, uma das idéias em análise é que os incentivos deixem de ser fiscais, através do abatimento do ICMS para empresas que investirem no estado, e passem a ser financeiros. Isso significa que o estado destaca um valor que acha necessário para atrair investimentos e coloca no Orçamento, pas-

sando então pela aprovação das assembleias legislativas.

Segundo Panzarin, o primeiro esboço apresentado aos secretários prevê ainda a criação de um fundo de equalização e uma agência para administrar os recursos desse fundo, que funcionariam durante um período de transição de 8 a 12 anos. O fundo seria composto com recursos do próprio ICMS, captados nos estados que mais arrecadam para distribuir entre os que menos arrecadam. Esse mecanismo visa compensar perdas já que, pelo novo modelo tributário, os impostos seriam concentrados sobre o con-

sumo e reduzidos sobre a produção, ou seja, os estados que mais consomem arrecadariam mais que os que produzem.

A instituição de um mecanismo de transição é bem vista pelo coordenador paulista, mas como São Paulo perdeu 18% de sua arrecadação de ICMS com a lei de incentivo à exportação, a chamada Lei Kandir, Panzarin disse que vai exigir “garantias adicionais no texto constitucional” de que não haverá novas perdas. O projeto de reforma tributária do governo deve ser entregue ao Congresso no fim deste mês, mas só deve entrar em vigor no ano 2000.